



Número: **0600248-45.2020.6.16.0103**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rogério de Assis**

Última distribuição : **07/05/2021**

Processo referência: **0600236-31.2020.6.16.0103**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Vereador, Contas - Desaprovação/Rejeição das Contas**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Prestação de Contas Eleitorais nº 0600248-45.2020.6.16.0103 que julgou desaprovadas as contas apresentadas por Maria Salete Fenili Santos, relativas às Eleições Municipais de 2020, com fulcro no art. 30, III, da Lei nº 9.504/97 c/c o art. 74, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019. (Prestação de Contas Eleitorais, relativas às Eleições Municipais de 2020, apresentada por Maria Salete Fenili Santos, que concorreu ao cargo de Vereador pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB, no município de Chopinzinho/PR, desaprovadas porque houve atraso na abertura da conta bancária para a movimentação dos recursos de campanha, o que traz objeções acerca da legitimidade das contas. Houve omissão de gastos e desconsideração dos procedimentos legais aplicáveis). RE9**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|--|---------|
| ELEICAO 2020 MARIA SALETE FENILI SANTOS VEREADOR (RECORRENTE) | | RUBENEI MELOTO (ADVOGADO) SUELEN DE LIMA (ADVOGADO) | |
| MARIA SALETE FENILI SANTOS (RECORRENTE) | | RUBENEI MELOTO (ADVOGADO) SUELEN DE LIMA (ADVOGADO) | |
| JUÍZO DA 103º ZONA ELEITORAL DE CHOPINZINHO PR (RECORRIDO) | | | |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 35852316 | 02/06/2021 19:42 | Acórdão | Acórdão |

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 58.883

RECURSO ELEITORAL 0600248-45.2020.6.16.0103 – Chopinzinho – PARANÁ

Relator: ROGERIO DE ASSIS

RECORRENTE: ELEICAO 2020 MARIA SALETE FENILI SANTOS VEREADOR

ADVOGADO: RUBENEI MELOTO - OAB/PR0067415

ADVOGADO: SUELEN DE LIMA - OAB/PR0096978

RECORRENTE: MARIA SALETE FENILI SANTOS

ADVOGADO: RUBENEI MELOTO - OAB/PR0067415

ADVOGADO: SUELEN DE LIMA - OAB/PR0096978

RECORRIDO: JUÍZO DA 103ª ZONA ELEITORAL DE CHOPINZINHO PR

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral

EMENTA – ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. VEREADORA. LEI Nº 9.504/97 E RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. ABERTURA EXTEMPORÂNEA DE CONTA BANCÁRIA. IRREGULARIDADE PASSÍVEL DE RESSALVAS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. O atraso na abertura da conta bancária de campanha, por um curto período pode ser ressalvado, caso não comprometa a fiscalização e efetiva análise das contas. Precedentes TRE/PR.

2. Recurso conhecido e provido para aprovar as contas com ressalvas.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 01/06/2021

RELATOR(A) ROGERIO DE ASSIS



RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral em sede de prestação de contas de campanha de MARIA SALETE FENILI SANTOS, candidata ao cargo de Vereadora no município de Chopinzinho, relativa às Eleições de 2020.

O Juízo da 103ª Zona Eleitoral de Chopinzinho julgou desaprovadas as contas apresentadas em razão de atraso na abertura da conta bancária para a movimentação dos recursos de campanha (ID 32219666).

Irresignada, a prestadora interpôs Recurso Eleitoral (ID 32219966) sustentando que: I) o atraso na abertura da conta se deu por atraso da instituição bancária, tanto pelas exigências diversas quanto pela pandemia; II) as contratações feitas antes da abertura da conta bancária foram declaradas, contabilizadas e regularmente comprovadas; III) o atraso na abertura das contas de campanha não impede a aprovação das prestações de contas, conforme jurisprudência; IV) as irregularidades apontadas na sentença são de ordem puramente formal e não impediram a análise da regularidade financeira da campanha nem levaram à verificação de que receitas ou despesas foram omitidas. Por fim, pugnou pelo provimento do recurso e a consequente aprovação das contas, ainda que com ressalvas.

A Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo conhecimento do recurso eleitoral interposto e pelo seu provimento (ID 34924266).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

VOTO

O recurso é tempestivo e preenche os demais requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, devendo ser conhecido.

1. Da Importância da Prestação de Contas de Campanha

Primeiramente, antes da análise das presentes contas, é necessário ressaltar a importância da prestação de contas no regime eleitoral brasileiro.

O Direito Eleitoral visa à proteção de bens jurídicos como a integridade e a moralidade dos pleitos, a autenticidade do voto e a supremacia do poder popular, essenciais à contínua concretização do ideal democrático consagrado pela Constituição da República.

Assim, para além de convencer o eleitorado brasileiro, os candidatos devem também respeitar estas máximas que justificam a própria adoção de um sistema democrático representativo, no mais das vezes cristalizados pelas Leis Federais, com destaque à Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) e pelas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, que regem importantes aspectos da política brasileira.



É justamente no sentido de se preservar a efetiva e a livre participação cidadã, na tomada de rumos da Nação, que a Justiça Eleitoral encontra seu fundamento, atuando também em sede de prestação de contas, com a função precípua de manter a lisura do processo democrático – seja garantindo a igualdade de chances entre os candidatos, seja coibindo os abusos econômicos em campanhas eleitorais, seja assegurando o respeito às normas do Estado Democrático de Direito.

A partir destas diretivas, a prestação de contas consiste em dever cívico do candidato para com todo o eleitorado brasileiro e com o próprio ideal democrático que informa sua atuação. Tal dever é garantido expressamente no ordenamento jurídico-eleitoral, de modo a assegurar a moralidade do jogo democrático.

Diante dessas premissas, a análise das prestações de contas considera os princípios da *legalidade* – respeito às normas legais e às resoluções pertinentes –, *transparência e publicidade* – garantia do amplo conhecimento do teor das contas, para fins de fiscalização e controle social das campanhas eleitorais – e a *veracidade* – coerência entre os dados prestados e os gastos e arrecadação apurados.

Ademais, as campanhas eleitorais brasileiras em boa parte são financiadas por recursos públicos, o que torna imperativa a *efetiva* fiscalização das contas de campanha, sob pena de se dar margem à prática de atos em desacordo com os princípios acima referidos, bem como de se converter o processo democrático em simulacro de intuitos mesquinhos aos ideais do Estado e da sociedade.

Feitas essas considerações, cumpre passar à apreciação das contas da Prestadora.

2. Análise das Contas

Uma vez que o presente Recurso Eleitoral se refere às contas de campanha eleitoral da Prestadora, candidata ao cargo de Vereadora no Pleito de 2020, sua análise é disciplinada pela Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições) e pela Resolução nº 23.607/2019 do C. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

In casu, a objeção que motivou o presente recurso eleitoral foi a desaprovação das contas, sob o fundamento de que houve atraso na abertura da conta bancária para a movimentação dos recursos de campanha.

Passo a analisar as irregularidades separadamente, conforme apontamentos constantes do parecer conclusivo (ID 32219416).

2.1. Da abertura Extemporânea da Conta Bancária



Em relação ao prazo para abertura da conta bancária específica o artigo 8º, §1º, inciso I da Resolução TSE nº 23.607/2019, dispõe que:

Art. 8º É obrigatória para os partidos políticos e os candidatos a abertura de conta bancária específica, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil ou em outra instituição financeira com carteira comercial reconhecida pelo Banco Central do Brasil e que atendam à obrigação prevista no art. 13 desta Resolução.

§ 1º A conta bancária deve ser aberta em agências bancárias ou postos de atendimento bancário:

I - pelo candidato, no prazo de 10 (dez) dias contados da concessão do CNPJ pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; [...]

Na espécie, apontou-se no parecer técnico que a candidata efetuou a abertura da conta bancária somente em 14/10/2020, ou seja, 20 (vinte) dias após a concessão do CNPJ pela Receita Federal, que ocorreu em 24/09/2020, ou seja, o atraso foi de 10 (dez) dias além do prazo legal.

Embora a candidata tenha aberto a conta bancária fora do prazo previsto pela legislação de regência, não restou constatado no parecer omissão de despesas nem recebimento de doações e pagamento de despesas após a concessão do CNPJ de campanha, mas antes da abertura da conta bancária específica.

Outrossim, nota-se que o atraso se deu por um curto período de tempo (10 dias), o que pode ser ressalvado nas Eleições de 2020, considerando as dificuldades ocasionadas pela pandemia da Covid-19, sobretudo o acúmulo de demanda nas agências bancárias.

Assim, verifica-se que, em sendo possível o controle e fiscalização do trâmite integral dos recursos, não há que se falar em irregularidade apta a atrair a desaprovação das contas, bastando a oposição de ressalvas, conforme entendimento deste Tribunal Regional Eleitoral:

EMENTA - ELEIÇÕES 2018 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA - CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. NÃO ELEITO - LEI Nº 9.504/97 E RESOLUÇÃO TSE Nº23.553/17 - INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS PARCIAL E FINAL - EXTRATO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS NÃO ASSINADO PELO PRESTADOR, PELO ADMINISTRADOR FINANCEIRO E PELO CONTADOR - ABERTURA INTEMPESTIVA DAS CONTAS BANCÁRIAS - IRREGULARIDADES QUE NÃO COMPROMETERAM A FISCALIZAÇÃO E ANÁLISE DAS CONTAS - CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

[...]

3. A abertura intempestiva das contas bancárias de campanha é irregularidade que enseja oposição de ressalva, quando não há prejuízo à análise e fiscalização das contas.



4. Contas aprovadas com ressalvas.

(PRESTACAO DE CONTAS nº 0603132-36.2018.6.16.0000, Acórdão nº 56333 de 28/09/2020, Relator CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN, Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 30/09/2020)

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. DEPUTADO ESTADUAL. APRESENTAÇÃO INTEMPESTIVA DAS CONTAS FINAIS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA. DOAÇÕES FINANCEIRAS DE VALOR SUPERIOR A R\$ 1.064,10. DEPÓSITO IDENTIFICADO. POSSIBILIDADE DE FISCALIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO COMPLETA DE EXTRATO BANCÁRIO. OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS VIA EXTRATO BANCÁRIO APRESENTADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. FALHA FORMAL QUE NÃO COMPROMETE A ANÁLISE DAS CONTAS E A FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA DE CAMPANHA. 3 DIAS DE ATRASO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PELA JUSTIÇA ELEITORAL. PAGAMENTO DE DESPESAS DE R\$ 3.700,00 SEM O TRÂNSITO PELA CONTA BANCÁRIA. IRREGULARIDADE GRAVE. MONTANTE QUE CORRESPONDE A 20,78% DO TOTAL ARRECADADO NA CAMPANHA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. CONTAS DESAPROVADAS.

[...]

11. O atraso na abertura da conta bancária de campanha, por um curto período, pode ser ressaltado, caso não comprometa a fiscalização e efetiva análise das contas. Precedentes desta Corte Eleitoral. [...]

(PRESTACAO DE CONTAS n 0602300-03.2018.6.16.0000, ACÓRDÃO n 56212 de 13/08/2020, Relator ROBERTO RIBAS TAVARNARO, Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 24/08/2020)

2.2. Despesas Realizadas com Indícios de Ausência de Capacidade Operacional

Ainda, apontou-se no parecer técnico conclusivo a realização de despesas junto a fornecedores, cujos sócios ou administradores estão inscritos em programas sociais, o que poderia indicar ausência de capacidade operacional para prestar o serviço ou fornecer o material contratado, conforme abaixo:



| | | | |
|------------|----------------|----------------|---|
| 21/12/2020 | 840.162.999-34 | GEFESON ARCEGO | CPF 12/2020, CNPJ 11/2020, AUXILIO EMERGENCIAL 2020 |
|------------|----------------|----------------|---|

| DATA DA APURAÇÃO | CNPJ | FORNECEDOR | VALOR TOTAL DAS DESPESAS |
|------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------|
| 21/12/2020 | 31.861.029/0001-91 | ROSNEI TEREZINHA STRAMARI | 15,00 |

| CPF DO SÓCIO OU ADMINISTRADOR | NOME DO SÓCIO OU ADMINISTRADOR | PROGRAMA SOCIAL |
|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| 21/12/2020 | 025.214.459-75 | ROSNEI TEREZINHA STRAMARI |

| |
|---|
| CPF 12/2020, CNPJ 11/2020, AUXILIO EMERGENCIAL 2020 |
|---|

Todavia, no âmbito da prestação de contas, não há qualquer vedação legal neste sentido, razão pela qual deve ser dada ciência à Procuradoria Regional Eleitoral para adotar as medidas que entender cabíveis.

3. Conclusão

Considerando o teor das irregularidades apontadas pelo parecer técnico, entendo que as contas da prestadora devem ser aprovadas com ressalvas.

DISPOSITIVO

Diante do exposto e em consonância com o parecer da D. Procuradoria Regional Eleitoral, voto por conhecer do recurso eleitoral e, no mérito, **dar provimento**, reformando-se a r. sentença para **APROVAR COM RESSALVAS AS CONTAS** de MARIA SALETE FENILI SANTOS, candidata ao cargo de vereadora no Pleito de 2020.

Abra-se vista à Procuradoria Regional Eleitoral especificadamente em relação à questão levantada no item 2.2 para adotar as providências que entender cabíveis.

ROGÉRIO DE ASSIS

Relator

EXTRATO DA ATA



RECURSO ELEITORAL Nº 0600248-45.2020.6.16.0103 - Chopinzinho - PARANÁ - RELATOR: DR. ROGERIO DE ASSIS - RECORRENTE: ELEICAO 2020 MARIA SALETE FENILI SANTOS VEREADOR, MARIA SALETE FENILI SANTOS - Advogados do(a) RECORRENTE: RUBENEI MELOTO - PR0067415, SUELEN DE LIMA - PR0096978 - RECORRIDO: JUÍZO DA 103ª ZONA ELEITORAL DE CHOPINZINHO PR -

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, deu-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e Roberto Ribas Tavnaro. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloisa Helena Machado.

SESSÃO
DE 01.06.2021.

